

1  
1  
2 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR**  
3 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA**  
4 **EM 11 à 12 DE MAIO DE 2009**  
5

6Assembléia Ordinária ocorrida aos onze dias do mês de maio de 2009, após  
7participação em Audiência Pública, com qualquer número de Conselheiros  
8presentes, na Sala de Reuniões dos Conselhos à rua Pedro Ivo 750 – 5º andar –  
9Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social. Estiveram reunidos  
10os componentes do **Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS** –  
11conforme convocação prévia. **Representantes Governamentais presentes:**  
12Izabel Cristina Marques (Procuradoria Geral do Estado – PGE); Paulo Langer  
13(Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior- SETI); Maria  
14Solineide Oliveira Alencar (Secretaria de Estado da Educação); Daniel Anibal Fresia  
15Schorr (Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL); Denise  
16Ratmann Arruda Colin (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção  
17Social – SETP); Jucimeri Isolda Silveira (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego  
18e Promoção Social – SETP); Kellen Cristina Dalcin (Secretaria de Estado do Trabalho,  
19Emprego e Promoção Social – SETP); Ironi Vieira de Camargo (Secretaria de Estado  
20do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Solange Fernandes (Secretaria de  
21Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Lucia Tureck (a de Estado  
22do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP). **Representantes da Sociedade**  
23**Civil Organizada presentes:** Inês Roseli Soares Tonello (Conselho Regional de  
24Economistas Domésticos da 2ª Região – CRED II); Denise Maria Fank de Almeida  
25(Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região); Edenilce de Fátima do  
26Nascimento Lima (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Esperança  
27– SISMUNE); Teresinha Maria Wolf (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS  
2811ªRegião); Vera Regina Buss Taborda (Associação Reviver de Assistência ao  
29Portador do Vírus HIV; Angelina Beatriz da Silva de Lima (Associação de Moradores  
30da Comunidade do Prado Velho); Francisco Arnaldo Fernandes (Coordenadoria das  
31Associações de Moradores de Umuarama – CAMUR); Cristiane Meyer (Conselho  
32Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região); José Cícero dos Santos (Escola  
33Comunitária do Trabalho – ECT); Roseli Terezinha Gass (Núcleo Regional de Serviço  
34Social de Cascavel – NUCRESS); Ozimara Ferreira de Mello (Associação de Pais e  
35Amigos dos Excepcionais de Santa Cecília do Pavão); Neide Poltronieri (Associação  
36Medianeirense de Surdos e Fissurados – AMESFI); Kleber Rodrigo Durat (Programa  
37de Voluntariado Paranaense – PROVOPAR); Ronan César da Silva (Associação Pró  
38Amor de Deficientes Físicos de Irati – APADEFI); Francislaine Luquez Amaral  
39(Associação para Desenvolvimento da Mulher de Ribeirão Claro). Lauro Origa  
40(Associação de Moradores do Bairro Aeroporto). **Convidados, Ouvintes e**  
41**Colaboradores presentes:** Kelli Albanese (CDI/SETP); Ana Carolina Bittencourt  
42(CGM/SETP); Maria de Fátima J. Fiebig (FOREAS); Vera Lúcia S. Pereira (FOREAS);  
43Neiva Hack (FOREAS); Sandra Mancino (Ministério Público); Carmen Zanom  
44(CGM/SETP). Em seguida foi dado início aos trabalhos da Comissões com as  
45respectivas sínteses. **ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO 12/05/2009.** Aos doze dias  
46do mês de maio de 2009, às 09:10h em segunda convocação, com número  
47necessário de conselheiros presentes, no Auditório da Secretaria de Estado do  
48Trabalho, Emprego e Promoção Social – 5º andar – SETP, Curitiba-PR, foi dada início  
49à Assembleia Ordinária do **Conselho Estadual de Assistência Social- CEAS/PR.**  
50**Abertura.** A **Presidente Roseli** iniciou a reunião saudando os Conselheiros da  
51Sociedade Civil, os Governamentais, os demais participantes e ouvintes.  
52**Apreciação e Aprovação da Pauta.** Em seguida procedeu-se a leitura da pauta,  
53que consistia em: 1. Abertura; 2. Apreciação e aprovação da pauta; 3. Apreciação e  
54aprovação da ata da reunião ordinária de 28/04/2009; 4. Informes da Secretária  
55Executiva; 5. Relatórios das Comissões; 6. Eleição da presidência; 7. Plano Estadual

56de Capacitação; 8. Levantamento das dificuldades de preenchimento dos  
57Aplicativos do SUAS-Web; 9, Participação de representante do Fórum Estadual de  
58Assistência Social: Fortalecimento FOREAS; 10. Audiência Pública (11/05); 11.  
59Informes Gerais: 11.1- Comissão Intergestores Bipartite – CIB e Comissão  
60Intergestores Tripartite – CIT; 11,2- Informes Conselheiros e Convidados;  
61Encerramento. A **Conselheira Presidente** solicitou uma inversão do ponto de  
62pauta que trata a Eleição da presidência, para que seja feito após os informes da  
63Secretaria Executiva. Sobre a participação da representante do Fórum Estadual de  
64Assistência Social, foi proposto que no momento de sua chegada na plenária, será  
65passado a palavra à mesma e com relação ao Plano Estadual de Capacitação será  
66discutido nas Comissões, sendo excluído como ponto de pauta. Propôs também a  
67**Conselheira Vice-Presidente** que no ponto de levantamento das dificuldades de  
68preenchimento dos aplicativos do SUAS-WEB, sejam acrescentados o levantamento  
69das mobilizações da Reunião Ampliada junto aos Escritórios Regionais e a votação  
70do fluxo de monitoramento. Sem mais sugestões a pauta foi colocada para  
71apreciação e considerada **APROVADA. Apreciação e aprovação da ata da**  
72**reunião ordinária de 28/04/2009.** Após algumas alterações técnicas e correções,  
73a ata foi colocada para apreciação e considerada **APROVADA. Informes da**  
74**Secretaria Executiva dos Conselhos.** A **Secretária Executiva Regina**  
75**Amasiles Rodrigues Costa** saudou os Srs. Conselheiros e procedeu a leitura dos  
76informes: - **Of. Circular nº. 021-** do CEAS de Belo Horizonte, informando a eleição  
77e composição da Mesa Diretora para mandato 2009/2010; - Do MDS e Combate à  
78Fome, **Of. nº. 080/2009** assinado pela Presidência do CNAS, encaminhando  
79materiais para a Conferência Estadual a serem realizadas em 2009. –Deve-se a  
80resposta ao Of. nº.005/09 do CMAS de Campo Mourão, colocado na pasta para  
81análise; -**Manifesto** das Assistentes Sociais da Regional de União da Vitória,  
82solicitando um parecer de Comissão do CEAS (pasta para análise). A **Conselheira**  
83**Presidente** fez a leitura do referido manifesto e ressaltou que na Reunião  
84Ampliada a Técnica Kelli e a Conselheira Solange apresentaram a questão do  
85instrumental como referência, porém o Município tem autonomia para fazer seus  
86instrumentais e o sub-tema já foi deliberado na Conferência Nacional, não havendo  
87possibilidade de modificar o processo. Solicitou a **Conselheira Vice-Presidente**  
88para a Conselheira Cristiane Meyer esclarecer o questionamento, para que o CEAS  
89possa discutir as possibilidades de adaptação. Assim a **Conselheira Cristiane**  
90**Meyer** colocou que a discussão é a preocupação de toda trajetória que está tendo  
91das últimas Conferências, pois durante esses eventos tiveram que ser preenchidos  
92os instrumentais e observou-se dentro dos Municípios a falta de participação por  
93parte de toda a população das Entidades, porque dos usuários não se tem garantido  
94ainda a participação nos processos das Conferências e acaba sobre-carregando ao  
95técnico o preenchimento do instrumental, pois quando é apresentado para  
96discussão, não se tem retorno. O que foi apresentado é que está se perdendo a  
97questão deliberativa das Conferências que está se tornando muito técnica. A  
98**Conselheira Lucia** colocou que o tema, sub-temas e os objetivos para  
99Conferências causam impacto e como é processo Nacional e de continuidade, não  
100se pode fugir dele. Será preciso incorporar os conteúdos a partir da realidade dos  
101Municípios, porém dar uma direção e deixar claro que eles tem autonomia para  
102fazer isso. Ressaltou a **Conselheira Solange** que é exatamente isso que foi  
103proposto na Reunião Ampliada e que está atônita com esse manifesto, por conta do  
104que foi exposto. Quanto ao preenchimento de instrumento e participação de  
105pessoas, entende que são duas coisas diferentes, pois preenchimento de  
106instrumento é a expressão da síntese do que foi discutido e isso é trabalho técnico.  
107Colocou que falando pela CDI, gostaria que o Conselho respondesse a esse  
108manifesto. Colocou a **Conselheira Inês Roseli**, que numa primeira impressão com  
109a leitura do manifesto entendeu que não estavam focadas a este momento mas sim  
110a momentos anteriores, pois achou simplificado e tranquilo o documento orientador

111para o preenchimento. Sugeriu a **Conselheira Edenilce** que seja elaborado um  
112documento ressaltando que hoje se vive um momento novo, e essa  
113responsabilidade é dos técnicos. Quanto ao instrumental colocado na Reunião  
114Ampliada, é perfeitamente entendível. Colocou a **Conselheira Presidente** que ao  
115ler o manifesto imagina que a pessoa que o escreveu não estava na Reunião  
116Ampliada. Sugeriu a **Conselheira Vice-Presidente** que a resposta ao Fórum da  
117Região de União da Vitória seja dada com base nas Orientações que o Conselho  
118votar para as Conferências. Falou a **Conselheira Solange** que seja ressaltado: o  
119CEAS reitera o que foi falado na Reunião Ampliada, os Municípios tem autonomia.  
120Ressaltou a **Conselheira Presidente** que seja citado o documento do Conselho  
121Nacional que também ressalta a autonomia dos Municípios nas Conferências e  
122encaminhado para os Escritórios Regionais informarem os Municípios. **Participação**  
123**de representante do Fórum Estadual de Assistência Social: Fortalecimento**  
124**FOREAS.** A **Conselheira Presidente** convidou a Coordenadora Neiva Silvana Hack  
125do Fórum de Assistência Social para expor a sua fala. Essa falou da importância em  
126fortalecer os Fóruns nas Regiões e Escritórios Regionais. Colocou que a situação do  
127FOREAS hoje é oscilante, porém algumas Regiões são referência como Londrina e  
128Curitiba, que está se refazendo. Ressaltou que existe dificuldade de diálogo entre  
129os Conselheiros da Sociedade Civil e os Representantes do Fórum. Sabe-se que este  
130ano existe a normativa de eleição dos Conselheiros para o próxima gestão a partir  
131das Conferências sendo o Fórum fundamental. Nos locais onde não existe Fórum, é  
132bastante complicado porque muitas vezes esse processo acaba sendo uma  
133indicação do Governo não atingindo toda a população, sugere como estratégia que  
134os Conselheiros da Sociedade Civil junto com o Fórum, saiam da presente Reunião  
135com um documento de Orientação aos Escritórios Regionais, desse processo de  
136rearticulação do Fórum na sua Região. Já pensando na indicação de Conselheiros  
137para a próxima gestão e na manutenção desse espaço com Conselheiros que  
138possam estar fazendo essa ponte, levando para sua Região. Disse querer ouvir dos  
139Conselheiros, as experiências das suas regiões. A **Conselheira Edenilce** da  
140Regional de Maringá relatou que na sua Região o Fórum está começando aos  
141poucos a ganhar corpo, são as Conferências que estão trazendo na ativa. O  
142**Conselheiro José Cícero** da Regional de Campo Mourão colocou que existe um  
143ótimo entrosamento entre Conselho, Fórum e Escritório Regional. Sabendo do  
144contexto geral dos problemas que o Fórum está tendo, disse ser a hora de  
145aproveitar o momento, para que cada Regional chame o seu Fórum e faça uma  
146renovação, colocando o entendimento de que quem representa o Fórum no Estado  
147é o Conselheiro que deverá ser o responsável em repassar as informações para a  
148Reunião de Fórum e esse tem a obrigação de cobrar do Conselheiro esta  
149participação. O **Conselheiro Arnaldo** da Regional de Umuarama relatou que o  
150Fórum passou por uma reformulação de comando e a dificuldade é com a cidade de  
151Cianorte que não está participando, pois em Umuarama uma vez por mês se  
152reúnem. A **Conselheira Denise Fank** da Regional de Londrina e Ivaiporã informou  
153que na Regional de Londrina as reuniões são quase que semanais, tudo tem um  
154planejamento, sempre ocorre um envolvimento dos Municípios com o Escritório,  
155onde as discussões sempre são feitas em cima das pautas do CEAS e do Fórum.  
156Com a nova gestão de prefeitos, a estratégia foi fazer um trabalho conjunto com as  
157Associações dos Municípios com a Assessoria da Professora Márcia Lopes. A  
158dificuldade é a participação de Ivaiporã. Ressaltou que deve ser revista dentro do  
159CEAS a representação de Conselheiro que tem duas Regionais. Colocou a  
160**Conselheira Inês Roseli**, da Regional de Pato Branco e Francisco Beltrão que a  
161presença de Conselheiro numa segunda Região é complicado, onde poucas vezes  
162esteve presente em Pato Branco e essas foram com recursos próprios. Em relação  
163aos Fóruns da sua Regional diz estar num processo lento, e um dos entendimentos  
164que se tem é de que quem está na Presidência é a esposa de um prefeito. A  
165**Conselheira Vera Regina** da Regional de Ponta Grossa esclareceu que na sua

166 regional não houve nenhuma reunião até hoje, pois o Fórum está bem  
167 desestruturado. **A Conselheira Ironi** ressaltou que existe uma história de  
168 construção em Guarapuava e quando o Escritório Regional assumiu os contatos,  
169 não cabia na sala todos os participantes do Fórum. Na medida em que o Escritório  
170 entendeu que não era seu papel mais realizar a mobilização, o qual, tem muito  
171 mais contato com as prefeituras, a participação foi reduzida. E o que preocupa é a  
172 não participação dos não governamentais, pois se não mobilizar, não ligar e não  
173 divulgar a importância do Fórum, fica mais difícil para virem. Ressaltou que seria  
174 importante disponibilizar para os membros do Fórum a estrutura dos Escritórios  
175 Regionais, onde é preciso rever a participação dos Conselheiros Estaduais e afinar o  
176 relacionamento entre Conselheiro, Fórum e Escritório. **A Conselheira Terezinha**  
177 da Regional de Paranaíba colocou que por terem 29 Municípios é impossível  
178 deslocar-se até Paranaíba, assim sempre que se tem reunião em Paranaíba as  
179 informações são repassadas, pois não se tem recurso para pagar as despesas. **A**  
180 **Conselheira Presidente** da Regional de Toledo ressaltou que a dificuldade é  
181 definir o papel do Fórum, pois acham que se tem o CEAS e a CIB não precisam ter  
182 outra articulação, no entanto o Fórum funciona quando toda a rede participa das  
183 discussões da Assistência Social. Cascavel marcou para maio uma nova reunião.  
184 Colocou a **Conselheira Denise Fank** que pela fala dos Municípios percebe-se que  
185 o Fórum é para repasse de informes, e isso desmobilizou muito, pois tornou-se um  
186 espaço governamental e a proposta não é essa, isto é, precisa se pensar em  
187 estratégias de participação da sociedade civil e usuários. Sugeriu a **Conselheira**  
188 **Vice Presidente** tirar três estratégias: 1) Mobilização dos Escritórios Regionais; 2)  
189 Na realização das Reuniões Temáticas sejam passados os informes em um período  
190 e em outro período sejam organizados representantes por Municípios onde  
191 elenquem temas pelo próprio grupo que vão aprofundando o estudo da Política e  
192 organização do Sistema em cada localidade e na região, trazendo propostas a  
193 serem discutidas nesses espaços; 3) Incluir no orçamento as Assembleias nos anos  
194 alternados de realização de Conferências, e conseqüentemente as reuniões da  
195 Secretaria Executiva serem mais espaçadas; 4) Previsão de participação com  
196 financiamento do Fórum, onde este possa ser um espaço de reuniões. Colocou a  
197 **Conselheira Presidente** que na sua Região será feita uma Assembleia do Fórum,  
198 onde será trabalhada a temática da Conferência, o papel do Fórum e o papel do  
199 Conselheiro. **A Conselheira Denise Fank** ressaltou que em Londrina, está  
200 marcado para o dia 22 de maio o dia todo uma capacitação, onde os que vieram na  
201 Reunião Ampliada estarão juntos nas discussões para reproduzir as orientações  
202 para outros Municípios. **A Representante Fátima do Fórum da Região de Ponta**  
203 **Grossa** informou que no dia 28 será feita uma Reunião Ampliada do Fórum, onde a  
204 professora Márcia Lopes falará sobre a gestão do SUAS, controle social e temas das  
205 Conferências. **A Coordenadora Neiva** levantou alguns pontos de avaliação que ao  
206 longo dos últimos meses foram percebidos: Sobre a Participação dos  
207 representantes dos Fóruns em Curitiba, que não conseguiam vir, por não terem a  
208 questão financeira assegurada, passou-se a fazer essa reflexão de que o  
209 representante do Fórum em Curitiba é o Conselheiro, o que faz necessário reforçar  
210 essa ponte, mas não é só esse o sentido, pois já aconteceu por questões financeiras  
211 nas reuniões do Fórum de se ter apenas participação Governamental, o que perde  
212 totalmente o sentido. Coloca que o Regimento Interno do Fórum propõe uma  
213 estrutura de Fórum semelhante a de um Conselho, inclusive com coordenação  
214 paritária, por isso quando se pensar em uma Assembleia, terá que ser pensado a  
215 revisão do Regimento. Outro ponto que determinou o não acontecimento da  
216 Assembleia no ano passado, foram dificuldades de lideranças que assumam o  
217 Fórum, pois das lideranças que se apresentaram não houve disponibilidade para se  
218 estruturar uma Secretaria Executiva, por isso se faz necessário aproveitar as  
219 Conferências para trazer os usuários para dentro dos Fóruns. Colocou a  
220 **Conselheira Presidente** que os Fóruns precisam contar com o apoio logístico dos

221Escritórios Regionais. Sobre as propostas de articulação, sugeriu colocar por escrito  
222onde saia um documento a ser deliberado pelo CEAS na próxima reunião. Ressaltou  
223o **Conselheiro Cícero** que alguns Fóruns já tem as suas reuniões marcadas, por  
224isso sugere se possível sair esse documento antes. A **Conselheira Presidente**  
225colocou que acredita que isso não impede que documento de orientação saia após  
226as reuniões. Sugeriu que das Reuniões ampliadas e das Assembleias que ocorram  
227nas Regiões, no momento dos informes os Conselheiros colocassem como foi, quais  
228as falhas e o que poderia melhorar. A **Coordenadora Neiva** colocou que será  
229elaborado esse documento. Concluiu ser um bom encaminhamento e agradeceu o  
230apoio e participação. **Eleição da Presidência:** A **Conselheira Presidente**  
231explanou sobre o processo: No antigo Regimento Interno, a Presidência tinha  
232mandato de 2 anos: com a reformulação do Regimento Interno, a Sociedade Civil  
233indicou que a Presidência seria de 1 ano, podendo concorrer novamente, visto que  
234o mandato da Sociedade Civil é de 2 anos, podendo ser alternado, por isso o nome  
235da **Conselheira Denise Fank** é o apresentado para o 2º ano. Hoje vai se  
236referendar o seu nome, dada à sua experiência na área e seu comprometimento  
237com a Política, em relação a vice Presidência continuará a mesma. **Em processo**  
238**de votação: Aclamada por unanimidade Denise Maria Fank de Almeida-**  
239**CRESS como presidente do CEAS,** a qual passou a sentar na mesa ao lado da  
240Presidente Roseli, onde presidiram juntas as reunião. Os Conselheiros de comum  
241acordo, presentearam a **Conselheira Roseli Terezinha Gass,** que deixou o cargo  
242como Presidente. **Relatório das Comissões:** A primeira Comissão a se manifestar  
243foi a **Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização-** relatoria  
244**Conselheira Denise Fank. Sobre Plano Estadual de Capacitação** (ponto  
245pautado a todas Comissões): A Conselheira Jucimeri fez o repasse de que as  
246alterações sugeridas pelos Conselheiros (em relação ao conteúdo e forma) foram  
247incorporadas ao Plano. Assim já foram aprovados no Plano os critérios e em relação  
248ao envolvimento das Universidades no processo. A comissão discutiu a capacitação  
249de gestores e Conselheiros (critérios, conteúdo e metodologia). Deverá ser pensada  
250uma forma de capacitação que apresente sistematicidade, viabilidade, tendo-se a  
251preocupação de atingir o maior número de conselheiros possíveis (CMAS,  
252Segurança alimentar, trabalho...). tanto em relação ao conteúdo, como na  
253metodologia. **Conteúdo para capacitação de Conselheiros (SUGESTÃO):-**  
254**Política de Assistência Social (Conteúdos Gerais);- Estado X Sociedade**  
255**Civil; - Orçamento Público;- Funcionamento dos Conselhos;- Conferências;**  
256**- Controle Social; - Participação “conceito”;- Instrumentos e Ferramentas**  
257**do controle social; - Financiamento; - Níveis de Gestão; - Instâncias do**  
258**SUAS. No conteúdo para capacitação de Gestores (sugestão);- Política de**  
259**Assistência Social (conteúdos Gerais)- Gestão pública (convênios,**  
260**organização dos serviços, etc); Orçamento.** A Comissão sugeriu que também  
261sejam aproveitadas as reuniões das Associações dos Municípios. Está sendo  
262agendada uma reunião com a SETI, para discutir o 1º módulo para se ter o  
263alinhamento do conteúdo. A comissão sugere que seja pensada a forma de como se  
264dará o controle/monitoramento das capacitações – a CDI deverá pensar, para que  
265seja possível a avaliação sistemática. Essa função cabe também ao CEAS – devem  
266ser criados instrumentos. Para realizar capacitações com gestores, a Conselheira  
267Jucimeri relata que será realizada capacitação específica para os técnicos do Estado  
268sobre indicadores, monitoramento e avaliação. **Encaminhamento para o CEAS:**  
269Tirar uma estratégia, manifestando-se em relação a falta de estrutura e RH nos  
270Escritórios Regionais, pois sem ampliação do quadro de pessoal, não será possível  
271avançar /realizar o monitoramento e avaliação. Sobre a **Orientação para a**  
272**organização das Conferências Municipais de Assistência Social.** A Comissão  
273discutiu o documento, e foi feito o relato de como o processo está acontecendo nas  
274regiões. Ressalta em relação ao plano de capacitação que na Comissão existem  
275duas propostas a 1ª) É em relação aos conteúdos dos módulos de capacitação dos

276Conselheiros e dos Gestores; 2ª) Pensar na estratégia de como CEAS, estará se  
277colocando no que diz respeito ao quadro dos Escritórios Regionais, para dar conta  
278para efetivar de fato o monitoramento e a avaliação. Colocou a **Conselheira Vice**  
279**Presidente** que existem ainda dois itens pendentes é o diagnóstico, que está  
280sendo fechado, do detalhamento do Seminário dos trabalhadores do SUAS e de  
281todos os eventos previstos e o conteúdo que só está listado para a capacitação e  
282serviço de técnicos, não está para gestores e nem para conselheiros e a Comissão  
283se ateve a esse detalhamento e a essa sugestão. Colocou que deve ser apreciada  
284enquanto sugestão e encaminha o plano e na próxima reunião é que será votado.  
285Propôs o **Conselheiro Paulo Langer** que Conselho redija o documento dirigido ao  
286Secretário, no sentido de pedir a ele para promover o Concurso Público, para prover  
287cargos públicos nos Escritórios Regionais. A **Conselheira Vice- Presidente** falou  
288ser importante o Conselho se representar frente ao Secretário, pois representa uma  
289demanda e uma observação de necessidades que fortalece a proposta, mas que é  
290insuficiente mandar só para ele. Colocou que o Recursos Humanos da SETP fez um  
291levantamento de pessoal por vínculo dentro da Secretaria. Na Assistência Social  
292tem pessoal cedidos de Órgãos públicos da esfera estadual, cedidos de Municípios,  
293do quadro próprio da Secretária e comissionados. Foi identificado que o recurso que  
294o Estado usa para ressarcir os Municípios, comporiam um valor correspondente a  
295um número de funcionários nas diversas categorias de nível médio e superior,  
296então, foi solicitado via Secretária de Administração para que este recurso seja  
297canalizado para o pagamento de pessoal, através de chamamento de Concursos  
298Públicos já realizados como antigo IASP, IPARDES, Secretaria de Saúde, SEJU e  
299EMATER, calculando esse número de pessoal atendendo uma votação já feita pelo  
300CEAS, de ter uma dupla por Escritório Regional a cada dez Municípios, esse pedido  
301foi para a Secretaria de Administração, houve aprovação e encaminhado a Casa  
302Civil, onde se encontra. Segundo informações extra-oficiais o governo diz ser  
303impossível assumir despesas continuadas. A preocupação é em se aproximando as  
304eleições, não ser possível pela Legislação eleitoral o chamamento de pessoal, por  
305isso terá que ser feito um encaminhamento ainda este ano, pois no ano que vem  
306haverão impedimentos legais. Ficou decidido que a Secretária Executiva fará um  
307esboço do documento de repúdio ao Secretário, onde será levado para a pauta da  
308Comissão e apresentado na próxima Assembleia. Sem mais contribuições das  
309demais Comissões sobre esse ponto de pauta, ficou **APROVADO** o Relatório da  
310Comissão Comunicação, Articulação e Mobilização. **Comissão de Documentação**  
311**e Rede Socioassistencial** Sobre o **Retorno do Parecer da PGE sobre as**  
312**entidades da SETP**, a **Conselheira Solange** relatou que em 16 de março de  
3132009, a CDI/SETP solicitou um parecer da PGE em relação ao cadastro das  
314entidades sociais. Em resposta Informativa 020/2009 de 15/04/09, manifestou-se  
315afirmando: essa definição dependerá do Governador e Secretário de cada pasta  
316para deliberarem por decreto a respeito da temática. A **Conselheira Isabel**  
317esclareceu que a função do cadastro é meramente administrativo, ela não é do  
318Conselho, mais sim da própria Secretaria. Continuou a Conselheira Solange sobre a  
319**Resolução nº 36 de 16 de abril de 2009 – Diário Oficial da União**: Revoga as  
320Resoluções do CNAS nº 196/2008 de 11/12/2008 e 022/2009 de 04/03/2009, e  
321restabelece, na íntegra, o Anexo I da Resolução CNAS nº 191/2005, de 10/11/2005.  
322Em síntese retoma-se o cadastro nos CMAS das entidades de Educação, Saúde e  
323Assistência Social. Dessa forma, a comissão sugere por solicitar ao Núcleo de  
324Informática da SETP a separação no Banco de Dados do Cadastro das Entidades, ou  
325seja, que ocorra a distinção (no sistema) da finalidade da entidade (saúde,  
326educação ou assistência social); pois hoje elas ainda encontram-se declaradas  
327como entidades de Assistência Social. Justifica-se tal sugestão, devido essa questão  
328não estar finalizada em âmbito nacional. Assim, aguardamos a solução dessa  
329questão na esfera federal e após reformularíamos o cadastro do estado. 3. **Ofício**  
330**nº 006/2009 do Conselho Municipal de Assistência Social de Castro.**

331Informou que a Associação dos Amigos dos Idosos – Viva a Vida na Terceira Idade.  
332Trata-se que a entidade em questão solicitou emenda parlamentar que ao ser  
333liberado a entidade encontrava-se inativa. Ocorre que a Assistente Social Maria  
334Claudete de Souza Lélis indicou que o recurso teria sido repassado todo ao órgão  
335Gestor. em resposta o Conselho Municipal informou ao CEAS que: -montou uma  
336Comissão específica que realizou visita e constatou que a entidade em questão está  
337desativada desde meados de 2007. Informação esta também confirmada pelo ER  
338de Ponta Grossa, solicitou-se a formalização da informação para o CEAS.-  
339encaminhou ata nº 32 do dia 15/08/2008 informando que o recurso do convênio foi  
340repassado para a entidade com o mesmo objetivo e finalidade. Observa-se que na  
341ata não foi indicado a entidade ou entidades beneficiadas. -O Conselho Municipal  
342indeferiu a renovação do atestado de inscrição e funcionamento da entidade por  
343encontrar-se inativa. Em deliberação do CEAS – Dezembro/2008 – reencaminhou-se  
344em março/2009 correspondência à referida entidade, para que a mesma se  
345manifestasse no prazo de 10 dias. Em caso de ausência de resposta o caso seria  
346arquivado. A Comissão indica o arquivamento do Processo, tendo em vista o  
347parecer do Conselho Municipal, ER e ausência de manifestação da entidade. O  
348Conselho Estadual solicitará ao CMAS a relação das entidades com seus respectivos  
349valores recebidos. Esclareceu a **Conselheira Angelina** que a Entidade não existe  
350mais e o dinheiro esta no fundo na Prefeitura, e será repassado para o Asilo São  
351Vicente de Paula 3.**Recebimento do ofício 005/2009** Sr. José Cícero dos Santos  
352presidente do CMAS de Campo Mourão solicitando orientações quanto a equipe  
353mínima para entidade de abrigamento de criança e adolescente de acordo com a  
354resolução nº 01 de 13/12/2006 conjunta (CNAS e CONANDA), ou se. indicamos que  
355o CEAS encaminhe correspondência ao CNAS e CONANDA sobre o descumprimento  
356da resolução conjunta nº 001/2006. Quanto ao ofício 005/2009 do CMAS de Andirá  
357que solicitou de orientações para alteração de Legislação Municipal – a Comissão  
358não teve tempo hábil para realizar a análise, ficando para a próxima reunião. Em  
359Apreciação **APROVADO** o Relatório da Comissão de Comunicação, de  
360Documentação e rede socioassistencial. **Comissão de Financiamento e**  
361**Gerenciamento do Fundo** relatoria **Conselheira Edenilce. 1.Cartilha sobre**  
362**Financiamento.** Quanto a Cartilha sobre financiamento da política de Assistência  
363Social, será aprimorada com dados do material enviado pela Gisele Tavares e do  
364material da tese de Doutorado de Denise Colin. Para tanto, a equipe do  
365NUCLEAS/CDI fará síntese destes textos, para posterior revisão geral do conselheiro  
366Daniel da SEPL. Assim sendo, a previsão da entrega da cartilha será em julho ou  
367agosto. 2. **Plano Estadual de Capacitação:** Os membros da Comissão fizeram a  
368leitura e não foi levantado nenhum questionamento. 3. **Detalhamento da**  
369**execução dos recursos do Programa Luz Fraterna.** O Sr. Nircélio e a equipe do  
370ECAR (Controle e Avaliação de Resultados), fizeram exposição do documento e  
371baseados nas explicações, a Comissão sugere que o CEAS solicite às  
372concessionárias de energia elétrica no PR, que exijam uma declaração de renda  
373anual dos beneficiários do programa, para possível recadastramento e controle  
374mais aprimorado do processo. Ressaltou o **Conselheiro Cícero** que foi colocado  
375que o usuário do Luz Fraterna apresente anualmente uma declaração do  
376comprovante de renda oficial, onde as Concessionárias façam um controle,  
377juntamente com o NIS. Colocou a **Conselheira Denise Fank** que o usuário do  
378Programa Bolsa Família tem a obrigação por Lei do cadastro único de fazer a  
379atualização a cada 2 anos, porém não dá para fazer um cadastro apenas de renda.  
380Questiona se esse serviço não seria de fazer a cada 2 anos, visto a demanda de  
381serviço que poderá surgir. Esclareceu o **Conselheiro Kleber** que o usuário ao  
382solicitar sua inclusão nesse Programa, é inserido no Cadastro Único e é o próprio  
383CADÚnico que gera esse relatório. Tendo em vista que em seu Município  
384anualmente recebem beneficiários solicitando essa declaração, questionou se esse  
385recadastramento é feito anualmente ou a cada 2 anos. Colocou a **Conselheira**

386 **Denise Fank** que em Londrina, a atualização que se pede no Cadastro Único é a  
387 cada 2 anos. A **Conselheira Vice-Presidente** sugeriu que seja consultada a  
388 Comissão de Gestão do Luz Fraterna, de forma que apontem os prazos para as  
389 Concessionárias. Continuou a **Conselheira Edenilce** com o relatório: 4. **Piso**  
390 **Básico de Transição**. Colocou que a conselheira Ironi Camargo expôs que durante  
391 a reunião da CIT foram apresentadas as possibilidades de utilização do PBT. Dentre  
392 elas, a primeira opção é para utilização dos recursos atuais que correspondam a  
393 70% do valor do Piso Básico Fixo – PBF, ou PAIF. O restante, 30% seria  
394 complementado pelo MDS a fim de transformá-lo definitivamente em PBF para  
395 ações voltadas às famílias referenciadas no CRAS. Para tanto, os municípios devem  
396 passar para gestão básica ou plena até dezembro de 2009. A segunda opção, é  
397 para municípios cujos recursos repassados atualmente pelo PBT não cheguem aos  
398 70% do PBF. Sendo assim, também devem providenciar a habilitação a gestão  
399 básica ou plena do SUAS, e os recursos podem ser utilizados em serviços de  
400 convivência e fortalecimento de vínculos às famílias de crianças e idoso. A última  
401 opção é para contemplar o Programa Pró-Jovem Adolescente, também com  
402 condicionalidades à habilitação ao SUAS. 5. **Encaminhamento da planilha de**  
403 **acompanhamento da execução do plano de aplicação do FEAS**, sugerida pelo  
404 Conselheiro da SEPL. Em apreciação **APROVADO** o Relatório da Comissão de  
405 Financiamento e Gerenciamento de Fundo. **TARDE**. A reunião iniciou-se às 14:00  
406 horas dando continuidade aos Relatórios das Comissões. **Comissão de Políticas**  
407 **Sociais** relatoria Conselheira Presidente, colocou sobre a explanação do Sr. Nircélio  
408 referente ao Programa Bolsa Família, sobre a revisão cadastral. O Paraná encontra-  
409 se com 107 mil cadastros desatualizados informando que até 31 Agosto de 2009 os  
410 municípios devem atualizar aqueles cadastros, sob pena de bloqueio ou  
411 cancelamento dos benefícios. Foi solicitado a SETP, especificamente à CGM, o  
412 documento detalhado dos municípios que estão com seus cadastros desatualizados.  
413 O Sr. Nircélio segue informando sobre a expansão do Programa Bolsa Família, a  
414 saber: a ampliação prevista é decorrente do reajuste no valor utilizado como  
415 critério de entrada no PBF. O reajuste passa de R\$ 120,00 para R\$ 137,00 e leva  
416 em conta o reajuste no Índice Nacional de Preços ao Consumidor, no período abril  
417 de 2006 a dezembro de 2008. Com a adoção do novo perfil de entrada no  
418 Programa, prevê-se a ampliação de beneficiários dos atuais 11,1 milhões de  
419 famílias para 12,9 milhões em todo o País. A ampliação ocorrerá com a inclusão  
420 gradativa de famílias cadastradas no Cadastro Único de Programas Sociais (maio,  
421 julho e outubro) observando-se a aplicação de nova metodologia desenvolvida pelo  
422 IBGE e Banco Mundial (Mapas de Pobreza) para a estimativa de famílias pobres por  
423 município (a anterior estava defasada em razão de utilização do censo de 2.000  
424 como referência). A nova metodologia pretende melhorar a focalização do  
425 Programa Bolsa Família, atendendo a estudos sobre a instabilidade de renda nas  
426 famílias pobres e a tendência de metropolização da pobreza. O acréscimo de  
427 famílias no Programa, em razão dos novos critérios adotados pelo Ministério de  
428 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, priorizará os centros urbanos e  
429 principalmente as cidades das regiões metropolitanas. Em maio (1ª expansão) serão  
430 concedidos benefícios a 27.300 novas famílias, no Paraná. Os municípios com maior  
431 expansão serão: Colombo, Foz do Iguaçu, Cascavel, Fazenda Rio Grande, Piraquara,  
432 Campo Largo, Cambé, Londrina. A expansão atingirá, em maio, 3.700 municípios do  
433 país, sendo que alguns deles, no Paraná, não dispõem, atualmente, cadastros  
434 habilitados, suficientes para a ampliação do Programa (Arapongas, Castro,  
435 Apucarana, Cianorte, Piraquara, Paçandu, Umuarama, São Mateus do Sul, Toledo,  
436 Rolândia, Cambé, Fazenda Rio Grande). Os técnicos da CGM, Carmen e Nircélio,  
437 falam sobre o treinamento emergencial em parceria com a CEF/GISES que foi feito  
438 em Curitiba com novos operadores com o intuito de instrumentalizá-los com o  
439 mínimo necessário a fazer o cadastro de famílias que apresentam condições de  
440 receber o benefício do Programa Bolsa Família, bem como a manutenção destes

441cadastros. A técnica Carmen, técnica da CGM, sugere que seja feita uma solicitação  
442ao Ministério a respeito do prazo que os municípios devem ter para se adaptarem  
443às exigências quanto a ampliação e expansão. Diz ainda, que a CGM reordenou  
444algumas novas prioridades para o Plano de Ação aos Municípios, em função  
445também das alterações que houveram (Implantação do Novo Formulário de  
446Cadastramento e Implantação da Versão 7.0 do Cadastro Único). Informa que a  
447Caixa Econômica Federal em conjunto à CGM, está avaliando os municípios que  
448apresentam maiores dificuldades nos sistemas operacionais e o número de  
449cadastros desatualizados dos mesmos. Comunica ainda que existe a intenção de  
450unir esforços junto ao Programa Universidade Sem Fronteiras da Secretaria de  
451Ensino Superior, a fim de mobilizar estratégias para atendimento às comunidades  
452tradicionais (Quilombolas e Indígenas), incluindo-as no Cadastro Único,  
453possibilitando o acesso aos programas e serviços sociais. A conselheira Ironi,  
454informou que sua equipe está discutindo e desenvolvendo um plano de  
455providências para os municípios se adaptarem às novas exigências propostas pelo  
456MDS já citadas. O Sr. Nircélio falou dos desafios das condicionalidades, um deles o  
457de não se ter dados atualizados sobre a situação apresentada pelos municípios. A  
458técnica da CGM Carmen falou que desde 2005 O PETI (Programa de Erradicação do  
459Trabalho Infantil) foi integrado no Programa Bolsa família, que incluiu também  
460todos os demais programas de transferência de renda. Explica que esta integração  
461trouxe alguns agravantes ao PETI, uma vez que pela forma de coleta de dados,  
462tornou-se difícil identificar o número real de crianças em situação de trabalho  
463infantil. Complementa ainda que o MDS/Caixa Econômica Federal informou em  
464maio/09 expansão de mais de 700 cças/adolesc. no PETI Paraná. Há a necessidade  
465de identificar junto ao MDS/SNAS/SENARC como ocorreu essa expansão, não basta  
466somente identificar o campo 270 no Cadastro Único, pois ao que parece essa  
467expansão foi em razão do aumento do recorte de renda de R\$ 120,00 para R\$  
468137,00. A Caixa/GISES fará levantamento cruzando campo 270 identificado com  
469folha de pagamento programas (Bolsa Família e Erradicação do Trabalho Infantil).  
470**Piso Básico de Transição:** Os municípios deverão realizar o planejamento do  
471reordenamento dos recursos de PTB para ofertas segundo o fluxo: 1º) oferta do PAIF  
472e CRAS; 2º) Serviço de Convivência para crianças até 06 anos e suas famílias, e  
473para idosos; Jovens = Projovem Adolescente. O Piso Básico será extinto em  
47431/12/2009, e o reordenamento será feito dos serviços de um “Banco de  
475Informações” que será divulgado em uma Portaria pelo MDS. Não é obrigatório o  
476aceite do(s) serviço(s) de todas as opções de reordenamentos dos serviços. Na  
477sequência, a **Conselheira Ironi** passou a ler todas as regras do Serviço de  
478Proteção Básica. **APROVADO Comissão de Organização da Conferência:**  
479Constituída a Comissão: **Conselheiros Solange, Cristiane, Kleber, Ozimara,**  
480**Denise, Lucia,** os conselheiros ficaram encarregados de efetuar o levantamento  
481geral para a realização da Conferência Estadual, das Regionais e demais detalhes.-  
482Valor disponível para as 3 etapas:- R\$.500 mil reais. A **Presidente eleita Denise**  
483**Fank** deliberou por definir uma reunião para os membros da Comissão da  
484Conferência:- Dia 25 de maio e a próxima Assembleia Ordinária do Conselho em **04**  
485**e 05 de junho/09.** Na sequência, abordou-se sobre o levantamento das  
486dificuldades encontradas para a mobilização da participação na **Reunião**  
487**Ampliada do CEAS.** Tal documento será encaminhado posteriormente aos  
488Conselheiros. Alguns Escritórios Regionais não retornaram as informações devido  
489ao acúmulo de atividades agendadas. **Avaliação da Audiência Pública.**  
490Manifestou-se o **Conselheiro Kleber,** aplaudindo a fala da Assistente Social  
491Jucimeri Silveira, a qual foi espetacular na sua exposição. Sentiu a ausência dos  
492Deputados cuja presença deveria ser em maior número, em especial a do  
493Secretário do Trabalho Nelson Garcia. Foi proposto o encaminhamento de um  
494manifesto do CEAS dirigido ao Secretário, uma vez que a SETP além de abrigar o  
495Conselho Estadual, também desenvolve a Política de Assistência Social. A

496 **Conselheira Roseli** propôs que essa manifestação fosse elaborado pela Secretaria  
497 Executiva e encaminhada aos Conselheiros, para apreciação. **APROVADO.**  
498 **Informes Gerais: CIB e CIT.** Abordados os seguintes assuntos:- Gestão, Piso  
499 Básico de Transição, Encontro sobre a População de Rua, BPC, Reuniões Ampliadas,  
500 Análise das Prestações de Contas. **Encerramento:** A Presidente Denise agradeceu  
501 a presença dos Conselheiros, dos Membros dos FOREAS e demais convidados,  
502 encerrando a assembleia ordinária. A presente ata foi digitada por Jucileide Ribas  
503 Machado, estagiária da Secretaria Executiva dos Conselhos e lavrada por mim,  
504 Regina Rodrigues Costa, Secretaria Executiva dos Conselhos e terá anexada cópia  
505 da lista de presença dos Conselheiros, bem como sua versão aprovada  
506 disponibilizada no site.

507

508